

Galina Tihanov\*

Queen Mary University of London

# Os limites do global: sobre a relação entre a Teoria e a Poética

## Introdução

Ao longo deste texto, irei discutir de forma mais aprofundada a relação entre a Literatura Mundo e a teoria da literatura, mas também a relação entre teoria e poética; irei argumentar que a melhor forma de entender esta última relação pressupõe um processo de dessinonimização que permite que reconheçamos a existência de espaços culturais formados de forma diferente e com funcionamentos diferentes cuja análise exige que adotemos instrumentos conceituais que podem muito bem diferir do que a teoria ocidental tem atualmente ao seu dispor.<sup>1</sup>

O aparecimento da Literatura Mundo como campo de reflexão e estudo teve muito pouco a ver com os estudos literários enquanto disciplina académica. Com efeito, antes de este discurso começar a ganhar estatuto académico e visibilidade no início do século XXI, as suas origens no século XVIII remontam a um tipo de trabalho levado a cabo fora da universidade ou em áreas académicas em que a literatura era meramente secundária. O discurso da Literatura Mundo (que assinalo com letras maiúsculas, distinta da literatura mundo enquanto corpus de textos literários) começa pelas mãos de historiadores (Schlözer), advogados (William Jones) e escritores (Wieland e Goethe). Assim, a Literatura Mundo afigura-se muito diferente do discurso irmão da Literatura Comparada, que o sucede, mas que ganha impulso e começa a funcionar como disciplina universitária no último terço do século XIX, mais de um século antes de a Literatura Mundo se tornar uma disciplina universitária, discurso institucionalizado e academicamente profissional praticado por estudiosos formados em estudos literários. Ao longo da maior parte do século XX, a Literatura Mundo continua a ser a preocupação de escritores e editores, e não tanto de estudiosos literários.<sup>2</sup> São precisamente os escritores que, ao longo do século XX, continuam a desempenhar o papel de comentadores da literatura mundo (de uma forma que foi inicialmente esmagadoramente eurocêntrica); basta apontar Mihály Babits e Antal Szerb, antes ainda de Tagore e Gorky, mais tarde Valéry, e Murakami ou Kadare hoje. Além disso, escritores, editores e tradutores estavam bem no centro de projetos educacionais e culturais mais amplos que empregaram a literatura mundial como um instrumento de melhoria social, como demonstra o projeto editorial de Gorky, *Literatura Mundial* (“Vsemirnaia literatura”) nos anos imediatamente seguintes após a Revolução de Outubro de 1917.

Quais são as implicações para a Literatura Mundo do facto de ter começado e permanecido por muito tempo um discurso praticado e moldado em grande parte por escritores, editores, tradutores e ensaístas, e também, especialmente nos séculos XVIII e XIX, por filósofos, advogados e comentaristas políticos? Aqui posso arriscar apenas uma resposta muito provisória a esta questão. Esta história particular de formação fora dos muros da universidade e longe de uma estreita especialização em estudos literários, aliada ao momento específico em que a Literatura Mundo como discurso académico finalmente iniciou a sua institucionalização (já no século XXI), significa hoje que a Literatura Mundo, enquanto campo de investigação, tem de reconhecer e enfrentar – de forma muito mais consciente e direta do que a Literatura Comparada, que passou pelo processo de institucionalização académica muito antes – o nexo interdisciplinar em que opera. A Literatura Mundo, como campo académico, deve responder pró-ativamente aos desenvolvimentos na antropologia, sociologia, economia, estudos de desenvolvimento e estudos de sistemas mundiais, ciências da comunicação e humanidades digitais. A institucionalização tardia da Literatura Mundo como discurso – bem depois do auge da teoria literária, e já no clima da pós-teoria (um ponto ao qual voltarei) – significa que, metodologicamente falando, é mais provável que a Literatura Mundo continue a funcionar como uma igreja ampla, capaz de acomodar abordagens palpavelmente divergentes, em vez de procurar impor uma uniformidade decorrente do privilégio de uma perspectiva teórica particular. Na sua discussão sobre a noção de Literatura Mundo no novo século, Wang observa que “there is no such thing as the singular form of world literature,” e “although there should be a universal criterion to evaluate the quality of world literature, this criterion sometimes also indicates its inevitable relativity.”<sup>3</sup>

Uma conversa significativa sobre literatura mundo e teoria literária deveria começar com uma tentativa de afirmar o que se entende por teoria: não necessariamente definindo-a (de Man pensava que tal tentativa estaria condenada), mas circunscrevendo os campos onde opera. Num artigo recente<sup>4</sup> baseado no meu livro *The Birth and Death of Literary Theory* (2019), tento distinguir entre dois significados e projetos diferentes da teoria. O primeiro desses significados (pode-se visualizar a palavra “teoria” com “t” maiúsculo aqui) é reservado para a teoria concebida como um corpo de pensamento importante, mas um tanto suavemente definido, que gravita em direção a uma sobreposição substancial (se não completa) com a Filosofia Continental. Há duas versões principais dessa compreensão da Teoria que vale a pena apontar, cada uma delas representada por um trabalho recente e seminal. Uma é a equiparação da Teoria com o pós-estruturalismo francês; nesta versão, a Teoria desenrolou-se na França na segunda metade da década de 1960 e migrou para os Estados Unidos na década de 1970. François Cusset,<sup>5</sup> que estudou o processo desta migração, escreveu de forma persuasiva sobre a “Teoria Francesa” (para citar o título do seu livro publicado em França em 2003, no qual as palavras “French Theory”, mantidas em inglês no texto francês, enfatizam seu ponto de vista sobre o poder transformador da Teoria). A segunda versão é a equiparação da Teoria com o método dialético, aperfeiçoado por Hegel,<sup>6</sup> mas detetável já na filosofia e nas letras medievais. A Teoria, nesta segunda versão, permite realizar um gesto dentro da filosofia, afastando-a da

filosofia, como diria Andrew Cole.<sup>7</sup>

Há, no entanto, também outro modo de ver a teoria (poderíamos imaginar a palavra escrita com um “t” minúsculo aqui); centra-se numa determinada episteme delimitada no tempo e numa área muito mais bem definida, a da literatura ou das outras artes: música, arquitetura, teatro, cinema, etc. A episteme a que me refiro tem de ser limitada no tempo, pois ela própria é o produto de um regime de relevância limitado no tempo que confere à literatura (ou a essas outras artes) um sentido de autonomia e autossuficiência, sem o qual a aparência de atemporalidade constituída no ato de reflexão teórica não seria possível.

Estes dois projetos da teoria (com “t” maiúsculo e minúsculo) devem ser considerados “tipos ideais” no sentido weberiano, e a distinção entre eles não passa de uma ferramenta heurística. Na realidade, estes dois significados e projetos da teoria cruzam-se frequentemente. Um exemplo disso é o cenário intelectual alemão em meados da década de 1960, onde esta intersecção é informada por desenvolvimentos anteriores nas humanidades alemãs. A versão da Teoria que tende a sobrepor-se totalmente à dialética está muito viva no legado do que ainda chamamos de “teoria crítica”, um projeto intelectual que começou na década de 1920 e já era influente no final da década de 1950, moldada em grande parte no exílio, no trabalho de vários filósofos e sociólogos judeus-alemães que foram forçados a deixar a Alemanha na década de 1930. Uma versão diferente e em muitos aspetos concorrente da Teoria busca inspiração na hermenêutica e, portanto, também em grande parte na tradição filosófica interna alemã. De forma significativa, na versão praticada por Hans-Georg Gadamer a hermenêutica encontra o método dialético; Hegel é sem dúvida importante para os movimentos subtis de mediação que estão expostos em *Verdade e Método*, o *opus magnum* de Gadamer publicado em 1960. Parece-me importante sublinhar o facto de que, no contexto alemão, a Teoria encontrou a teoria no terreno da filosofia e da hermenêutica literária, em conversa com a qual a teoria da recepção evoluiu mais tarde (provavelmente a única contribuição original para a teoria literária vinda da Alemanha em meados da década de 1960 e início da década de 1970). De particular interesse aqui é o trabalho do grupo de pesquisa “Poética e Hermenêutica”, fundado em Gießen em 1963 e mais tarde centrado em estudiosos proeminentes das humanidades, vários deles afiliados à Universidade de Konstanz (ver Lachmann).<sup>8</sup>

### Literatura Mundo e a resistência à teoria

A ascensão da Literatura Mundo como discurso académico (que agora se estende para além dos muros da academia e penetra nos meios de comunicação social e na indústria editorial) tem ocorrido no contexto de e contribuído para um novo sentido de resistência à Teoria (invoco aqui o título do ensaio de Paul de Man de 1982 como nada mais do que um estímulo homofónico para começar a pensar sobre o papel da Literatura Mundial nesta nova suspeita epistemológica em relação à Teoria). A resistência à Teoria que ultimamente se tem vindo a acumular nas humanidades tem tudo a ver com a transição global para um novo regime de produção de conhecimento, longe do pensamento desencarnado que o Ocidente tem privilegiado há vários séculos. Estamos irresistivelmente envolvidos num movimento em

direção ao conhecimento participativo, no qual a situação prática e o interesse próprio dos participantes desempenham um papel muito importante. Não procuramos mais ocultar este importante papel, mas temos prazer em enfatizá-lo e promovê-lo, colocando em primeiro plano a legitimidade deste novo modo de cognição que é pragmático, em vez de desencarnado e dedutivo, e que emergiu particularmente nas ciências sociais.<sup>9</sup> Deveríamos também ter em conta aqui a enorme presença das novas redes sociais que transformaram a nossa noção de verdade e autoridade e reforçaram modos experienciais de investigação que são cada vez mais autocentrados e, portanto, têm pouco tempo para normas e critérios destilados de uma forma cegamente racional e abstrata.

Quando se trata especificamente de teoria literária (“teoria” com “t” minúsculo), há todos os motivos para reafirmar e rearticular o seu desaparecimento em termos que façam justiça à constelação particular de fatores que acabei de descrever. A principal razão pela qual a teoria literária já não é possível de trabalhar da forma concentrada e autossuficiente que a caracterizou até ao final da década de 1980 é porque a própria literatura transitou para um regime diferente de relevância. Esta não pode mais ser um objeto de contemplação, apoiado na abstração teórica e no distanciamento mas paradoxalmente reforçado pela energia erótica que reproduz o cânone que todos conhecemos (predominantemente europeu, às vezes americano, quase nunca não-ocidental), parte dele instantaneamente disponível através de memorização ou outros atos de repetição induzidos institucionalmente. Em vez disso, a literatura tornou-se mais uma vez abertamente instrumentalizada, e esta postura pragmática que atravessa todo o espectro de filiações políticas e identificações civilizacionais redefine a nossa abordagem relativamente a ela. Na verdade, a literatura parece hoje cumprir três funções principais, todas elas enredadas na pragmática e orientadas para a produção de um determinado valor de uso. A literatura é utilizada hoje como ilustração de processos sociais e culturais significativos ou de dilemas morais (servindo uma função quase cognitiva); ou como ferramenta de autoterapia; ou como instrumento nas lutas de identidade individuais e coletivas.

Neste contexto, faríamos bem em recordar William James e as grandes lições do pragmatismo americano: a verdade não pode ser discutida ou destilada através de procedimentos desinteressados de contemplação ou teorização, porque a verdade está para sempre amalgamada com a forma como usamos as coisas e com que fim. A teoria literária, sustentada durante os cerca de setenta anos da sua existência por uma noção de distância e distanciamento (atitudes que, em última análise, faziam justiça à preciosa autonomia da literatura) e – ao mesmo tempo – por uma certeza decorrente da imersão amorosa numa herança cultural partilhada, desmoronou-se face a este novo regime de relevância. Este novo regime voltou a enfatizar a importância da literatura, afastando-a das suas características estéticas – ou literárias –, afastando-se da atitude dominante de distanciamento e distância, e entrando numa esfera de uso proativo, privado e público. Mas também, de forma crucial, colocou a literatura no campo de jogo incerto e contestado de uma paisagem cultural radicalmente heterogénea. A ascensão da Literatura Mundo como um campo de estudos – incluindo ao nível pedagógico dos cursos de pesquisa em literatura mundial<sup>10</sup> – desempenhou

um papel significativo neste processo. O estudo da literatura mundo não só expandiu o nosso conhecimento da literatura para além da zona de conforto ocidentocêntrica; como igualmente sublinhou, como argumentarei abaixo, a natureza provisória, influenciada pelo poder e contingente do cânone literário ocidental, e com isso também das estruturas e abordagens ocidentais da literatura.

O caráter aparentemente incorpóreo e imparcial da teoria precisa de maior elaboração nesta conjuntura. Tal elaboração teria validade com referência tanto à teoria com “t” minúsculo (por exemplo, teoria literária), mas também à teoria com “T” maiúsculo (coincidindo em grande parte com a filosofia continental do século XX). A teoria, como projeto da modernidade ocidental (para o bem ou para o mal), sempre foi sustentada por uma crença profundamente arraigada na possibilidade de pensamento desencarnado; precisamente devido à sua natureza incorpórea, este pensamento manteve uma intenção universalizante que, por sua vez, entraria numa aliança profana com vários projetos de expansionismo e colonização. Em *Europe and Mankind* (publicado pela primeira vez no exílio, em Sófia, em 1920), um dos primeiros antecessores da nossa crítica moderna do cosmopolitismo e do universalismo como conceitos que traem não apenas a proveniência ocidental, mas também as ambições ocidentais de dominação cultural, Nikolai Trubetzkoy envia uma mensagem muito clara de que esta desincorporação é, em última análise, ilusória.<sup>11</sup> No entanto, a teoria tem sido sempre conduzida dentro deste ponto cego: as suas reivindicações de universalidade têm sido possíveis, até recentemente, porque se encontrou historicamente protegida da necessidade de refletir sobre a sua própria (ocidental) especificidade.

Uma parte desta história de pensamento desencarnado e universalizante diz respeito à fenomenologia de Hegel, tal como outra parte diz respeito ao trabalho dos Formalistas Russos. Os formalistas acreditavam genuinamente que o material sobre o qual refletiam tinha significado e aplicabilidade universais. Assim, não lhes ocorreu realmente testar seriamente as suas hipóteses em amostras de escrita extraídas de outros contextos culturais: a literatura árabe, a literatura chinesa, a literatura sânscrita ou hindi não encontram lugar no seu Éden literário. Foram justamente criticados por isto por um jovem contemporâneo, o orientalista em ascensão, Aleksandr Kholodovich, na altura ainda estudante de doutoramento em Leninegrado. O futuro coreanista perguntou aos Formalistas como poderiam reivindicar validade universal para os seus juízos teóricos, dado que o material em que as suas análises se baseavam era quase exclusivamente ocidental (europeu, com uma pitada de literatura americana). Este conjunto de objeções ao formalismo russo permaneceu ignorado pelos historiadores da teoria russa, mas é muito mais importante, produtivo e difícil de mudar a sua orientação do que as acusações ideológicas básicas formuladas pelo marxismo soviético.<sup>12</sup>

A tendência do formalismo russo para privilegiar a escrita europeia, em cujo estudo se baseou a sua teoria literária, seria replicada repetidamente em todas as principais correntes e escolas da teoria literária moderna das décadas de 1920 a 1990: a teoria literária, embora ainda existisse na sua forma pura e autossustentada, continuou a ser a teoria da escrita nas línguas europeias, seja no Ocidente ou fora dele. A literatura mundo, na designação moderna, por mais

contestada que de outra forma pudesse ser, só se tornou possível e reconhecível, tanto como uma rede de textos e instituições literárias, como como um campo de investigação, no novo regime pós-teoria que começou a tomar forma na década de 1980 e já estava em evidência na década de 1990; foi dos escombros da teoria literária moderna que emergiria um novo pensamento sobre a literatura, determinado a refletir sobre a literatura sem as restrições conceituais impostas pela atenção exclusiva da teoria literária a um cânone de escrita nas línguas ocidentais. Aqui deve ser notada uma continuidade crucial entre a compreensão do Formalismo Russo sobre a portabilidade da literariedade e a defesa metodológica inicial da Literatura Mundo da leitura e interpretação na tradução.<sup>13</sup>

A evolução gradual do interesse pela literatura mundo que, na década de 2010, começou a encontrar apoio institucional em programas acadêmicos, antologias, séries de monografias e conferências, também refletiu as novas realidades de uma migração sem precedentes. A migração coloca a mobilidade no quadro da experiência das massas, dando-nos uma perspectiva muito diferente sobre os encontros entre o Ocidente e uma série de zonas culturais poderosas nas quais a literatura funcionou de forma diferente durante séculos e foi pensada com um conjunto de ferramentas metodológicas diferente, o da poética. e não da teoria como tal. Se olharmos para Shklovsky, Jakobson, Trubetzkoy, Lukács, Auerbach em Istambul, onde as reformas culturais pró-Ocidente foram defendidas por Atatürk,<sup>14</sup> ou mesmo Todorov e Kristeva na geração seguinte (onde a fronteira entre o exílio e a migração se torna mais tênue), a sua experiência de mobilidade foi sem dúvida também uma experiência de encontro com a alteridade, mas ainda decorria no ambiente cultural relativamente homogêneo do Ocidente (Europa e América do Norte). A realidade atual da migração em massa confronta-nos com uma experiência totalmente diferente. Segundo as Nações Unidas, o número de migrantes e refugiados aproxima-se atualmente dos 80 milhões; imaginemos um país inteiro com uma população do tamanho da Alemanha ou da Turquia libertada, realocada e dispersa – por vezes à força –, formando vastas e instáveis zonas de contacto, conglomerados de fluidez e heterogeneidade cultural.

A migração em massa tem sido, portanto, outro fator que contribuiu para o reconhecimento solene da natureza não vinculativa da experiência estética e cultural ocidental e do cânone das literaturas europeias (ou ocidentais). Desde a década de 1960 temos testemunhado a perda gradual de certeza sobre a alegada universalidade do cânone ocidental; não foi por acaso, afirmo, que a crise e a dissolução prolongada da teoria literária coincidiram com a crise do cânone ocidental que já estava clara para todos verem em meados da década de 1980. Tendo perdido o estatuto axiomático da sua base evidencial ocidental, a teoria (literária, mas também social, antropológica, historiográfica) bateu num amortecedor, atingindo os limites da sua própria validade na forma como identifica e procura refletir sobre fenómenos que não podem ser conceptualmente domados com as estruturas do pensamento desencarnado. A dialética da globalização, para invocar e modificar Adorno e Horkheimer, é um fator poderoso na atual resistência à teoria. A globalização abriu espaço – para além dos seus efeitos iniciais e concomitantes de nivelamento e mercantilização da diferença – a uma apreciação da

constituição altamente complexa da cultura, da qual os padrões e modelos elaborados ao longo da história europeia e americana são tudo menos convincentes ou universais. Em resumo, a mobilidade sem precedentes – física, mas crucialmente também virtual – com a qual temos vivido desde a década de 1990 e especialmente desde o início do século XXI, trouxe à tona a verdade sobre a natureza bastante limitada e condicional da herança cultural ocidental sobre a qual a teoria foi construída e sobre a qual prosperou. A teoria contemplou as riquezas desse legado de uma forma que era, na melhor das hipóteses, carinhosamente leal e perturbadoramente ingênua. A Literatura Mundo, com o seu poderoso – embora nem sempre conclusivo ou consistente – movimento para além do ocidentalcentrismo, colocou esta ingenuidade em nítido relevo.

### **A teoria (literária) como produto do Ocidente: teoria vs poética**

Isto é o que tem alimentado e sustentado a resistência à teoria (tanto com “t” maiúsculo como minúsculo) ao longo das últimas décadas. O crescimento do conhecimento participativo, bem como o poderoso redesenho do mapa cultural que tornou o cânone ocidental (de filosofia, literatura, arte, pensamento social e político) muito menos vinculativo, promoveram uma postura cética em relação à teoria. A “teoria do mundo” nunca foi possível, porque o mundo que temos é um, mas não unitário; pelo contrário, sempre foi um campo em que potências concorrentes moldam os seus muitos segmentos de uma forma que não nos permite ordená-los num todo homogêneo. O equívoco benigno de que os fragmentos da “teoria do mundo” existem para serem remontados e restaurados à sua totalidade passada deveria ficar em segundo plano e devíamos reconhecer a futilidade da tarefa; dever-se-ia dar lugar a um exame cuidadoso de proposições extraídas de zonas culturais não ocidentais – não porque sejam peculiares, moderadamente exóticas ou refrescantemente periféricas, mas porque oferecem modos alternativos de reflexão sobre a literatura, incluindo a literatura mundial, e sobre filosofia, teoria política e outras áreas.

A teoria literária não tem sido o principal modo de reflexão sobre a literatura fora da tradição ocidental (por mais arriscada que na sua generalidade, e aberta a acusações de essencialismo, esta noção possa ser). Noutras zonas igualmente poderosas (a China e o Médio Oriente seriam bons exemplos), não houve, historicamente falando, muita procura de teoria até há relativamente pouco tempo (na China, a teoria tornou-se extremamente popular tanto entre académicos como entre os críticos literários e culturais desde a década de 1990<sup>15</sup>). Em vez disso, a literatura seria pensada através do prisma igualmente capacitador da poética – um prisma muito diferente, na verdade. (Aqui tendo a discordar de Revathi Krishnaswamy e Patrick Hogan, que – embora fazendo um apelo muito bem-vindo e persuasivo para expandir o nosso conhecimento de abordagens não-ocidentais da literatura – equiparam “teoria” e “poética” e vêem-nas como intercambiáveis<sup>16</sup>). A teoria literária deriva a sua especificidade de ser o resultado de uma negociação histórica particular sobre o lugar que a literatura ocupa face ao Estado e suas instituições, face à religião e outros fatores sociais importantes – e apenas em conjunto com (e, por vezes, na sombra destes desenvolvimentos emancipatórios mais

amplos, a teoria literária emerge como um modo específico de reflexão sobre a literatura. Esta negociação – ou, se preferirem, luta emancipatória – ocorreu no Ocidente de uma forma que não ocorreria na China ou no Médio Oriente até muito recentemente, e mesmo quando ocorreu aí, o resultado foi menos claro e mais circunspeto. A China e o Médio Oriente permaneceram durante muito tempo zonas culturais em que a poética sofisticada prosperou (e o seu impacto nestas culturas perdurou), mas a teoria literária, na compreensão europeia (incluindo a russa), não foi uma presença importante.

Tudo isto é apenas uma descrição neutra de uma diferença profunda e historicamente induzida na forma como estas culturas se relacionam com o lugar e as tarefas da literatura na sociedade. A teoria literária opera a partir da premissa de que a literatura se tornou um discurso autónomo e autossuficiente (é esta condição fundamentalmente nova da literatura – a sua autonomia – que a teoria literária essencialmente envolve). A poética opera a partir da premissa de que o texto literário sempre foi autossuficiente, no sentido de ser um produto autorregulado, um artefacto feito de acordo com certas normas de inerente perfeição. Como tal, na medida em que uma obra satisfaz os requisitos intrínsecos do trabalho artesanal, a poética considera o texto como autossuficiente e existente, na sua constituição recorrente, ao lado das esferas mais amplas da política e da religião, em vez de estar em contacto imediato ou desafiar as mesmas. Através das lentes da poética, o texto torna-se um meio de comunicação ou persuasão retoricamente eficaz apenas como um subproduto resultante de ter sido devidamente elaborado. A poética descreve assim a literatura como um corpo de escrita que nunca esteve dinamicamente envolvido na interação direta ou, o que é crucial, na oposição, ao Estado e às suas instituições, à religião e à sua infraestrutura, e assim por diante.

Permitam-me ilustrar isso com uma comparação. Na *República* de Platão (especialmente no livro X) o poeta é declarado potencialmente perigoso e a sua expulsão da *polis* é considerada apropriada. Muito cedo, este ponto de vista molda a relação entre a literatura e o Estado, a literatura e a política, em última análise, a literatura e a *polis* e as suas causas coletivas (sejam elas morais, políticas – muito mais tarde muitas vezes disfarçadas de nacionais) tão profundamente antagónicas (*A Antígona* de Sófocles poderia servir como exemplo clássico); este antagonismo ressurge ao longo da história da escrita ocidental como um dos seus temas definidores. Comparemos isto com a compreensão de Confúcio sobre o lugar da literatura na sociedade e face ao Estado. Nos *Analectos*, aproximadamente da mesma época da obra de Platão, Confúcio diz que: “As Odes servem para estimular a mente. Elas podem ser usadas para fins de autocontemplação. Elas ensinam a arte da sociabilidade. Elas mostram como regular sentimentos de ressentimento. Com elas aprendemos o dever mais imediato de servir ao pai e o mais remoto de servir ao príncipe”.<sup>17</sup> A diferença não poderia ser mais marcante: a poesia é um meio de administrar o descontentamento; é também um meio de afirmar autoridade, na família e no Estado; destina-se a ser integrado no Estado, em vez de permanecer numa relação de antagonismo com ele.

Na China, esta conglutinação entre poesia e Estado foi institucionalizada através do sistema de concurso público, do qual a poesia clássica passou a fazer parte no século VII

d.C. e assim permaneceu até 1905. O objetivo deste sistema não era questionar a tradição, muito menos incutir um sentido de autonomia, mas perpetuar o Estado, reproduzindo as competências adequadas de governação – e de produção de poesia de acordo com os cânones da poética clássica. Provavelmente não é por acaso que, dos muitos tratados chineses sobre literatura, foi precisamente *A Mente Literária e a Escultura de Dragões* que viria a ganhar estatuto canónico na China, e não apenas pelo seu teor confucionista (rivalizado talvez por fundamentos budistas mais profundos<sup>18</sup>), ou por combinar poéticas descritivas e prescritivas com estéticas e reflexões sobre o ato criativo, mas sobretudo pela sua fidelidade aos Clássicos e pela sua compreensão mais ampla da literatura que sublinha a sua pertença a um universo moral (e cosmológico<sup>19</sup>) mais amplo, longe de uma ênfase nos aspetos puramente artísticos da escrita. Assim, a imaginação e a originalidade (as fontes de revolta contra o papel subserviente da literatura e, em grande medida, os blocos de construção da ideia de autonomia) que vieram à tona com o Romantismo europeu não eram vistas como qualidades obrigatórias na China. Enquanto Shakespeare seria remodelado e celebrado pelos românticos como um epítome de irregularidade, espontaneidade, criatividade e invenção (não como o ladrão ou reciclador de tramas que frequentemente era), na China, a fetichização da poesia clássica e sua poética, com os seus padrões de regularidade agradáveis – e vinculativos – perdurou por muito tempo. Isto continuou a acontecer mesmo após a transição para a escrita em chinês moderno,<sup>20</sup> com o primeiro poema em chinês moderno a aparecer em 1917 – uma revolução por direito próprio, por razões muito diferentes e muito distantes daquela que eclodiu em Petrogrado no mesmo ano. Na Europa Ocidental, pelo contrário, há vagas mais longas ou mais curtas (mas não uma tendência dominante contínua) durante as quais se seguem as receitas da poética clássica, mas estes episódios terminam em grande parte no final do século XVII.

Não menos importante, parece-me, é a forma fundamentalmente diferente como a literatura se posiciona face à religião. No Médio Oriente, o reinado da poética sobre a teoria tem tudo a ver com o consenso de que a mensagem do Alcorão não deve ser variada em termos de conteúdo; esta mensagem só pode ser transmitida de maneiras poeticamente variadas que tornem a inovação e a originalidade individuais reconhecíveis apenas quando projetadas na tela da tradição com seus géneros estabelecidos, métricas, imagens recorrentes, dispositivos retóricos e composicionais, etc. Também na China, historicamente, a literatura não se viu numa situação de ter de reivindicar o seu próprio território pressionando contra a religião no que constituiria, no Ocidente, gradualmente um ato de secularização (com todo o impacto residual que a herança judaico-cristã continuaria a exercer). Na China, a religião foi estruturada de uma forma que impediria um retrocesso tão dramático por parte da literatura; havia, em certo sentido, pouco contra o que resistir: nenhuma Escritura como tal, e nenhuma Igreja que zelasse pela pureza dessas Escrituras. Como argumentou Glen Dudbridge, os cânones das três principais doutrinas (Confucionismo, Budismo, Taoísmo) não se cristalizaram em torno de uma única Escritura, e foram guardados não pela Igreja, mas pelo Estado (que às vezes acharia adequado destruí-los). Além disso, a distinção subjacente entre ortodoxo e heterodoxo é muito menos clara e só começa a assumir contornos mais nítidos com a chegada do Budismo. Na

China clássica (pré-moderna), não existem palavras equivalentes aos termos “religião” (esta última é um empréstimo tardio do japonês), “teologia” ou mesmo “sacerdote”.<sup>21</sup> Considere-se também o seguinte: desde muito cedo, o cânone do Confucionismo incluía a poesia clássica chinesa, e muitos até acreditavam que Confúcio havia compilado e editado aquela parte do cânone, o chamado *Clássico da Poesia*.<sup>22</sup>

Vemos assim que, genética e tipologicamente, a teoria literária é um produto ocidental e, portanto, não faria plena justiça nem às zonas culturais chinesas nem às do Médio Oriente (por várias razões, deveríamos também incluir aqui o vasto reino da Pérsia e do Subcontinente Indiano) se ignorássemos o facto de que a reflexão sobre a literatura não estava necessariamente a ocorrer através do prisma da teoria.

Claro que nada disto deve ser entendido como significando que na China ou no Médio Oriente a literatura não encontrou as suas próprias formas de expressar a dissidência, de resistir às correntes religiosas e ideológicas, ou de vernacularizar a linguagem a partir de dentro. Nem se deve procurar impor uma divisão entre trabalho moral e politicamente insustentável: o Ocidente faria (o que restasse da) teoria, outras partes do mundo fariam outra coisa (por exemplo, poética). Na verdade, a poética tem sido central para pensar a literatura também no Ocidente, especialmente antes do século XVIII; além disso, a poética e a teoria coexistem de facto nos primeiros passos da teoria literária moderna na Europa. A noção heurísticamente fecunda de uma zona cultural que nos ajuda a descrever trajetórias históricas distintas não deve, portanto, ser essencializada e utilizada para justificar o tratamento de diferenças legítimas, muitas vezes profundas, como um absoluto. Precisamos, no entanto, de prestar atenção ao facto de que a captura destas diferenças historicamente condicionadas poderia ajudar-nos a discernir uma faceta diferente na manifestação da atual resistência à teoria na qual a Literatura Mundo tem sido instrumental, juntamente com outros discursos: tentar produzir uma “teoria” literária a partir de uma perspetiva chinesa corre o risco de ter que aceitar as regras discursivas do Ocidente (desistindo da crença de que a China é diferente – leia-se: independente – do Ocidente), e com isso a disposição ocidental de olhar para a literatura através do prisma de vários antagonismos, por vezes latentes, por vezes muito explícitos.<sup>23</sup> Não impor à China ou ao Médio Oriente as nossas expectativas de que deveriam apresentar uma teoria literária “chinesa” ou do “Oriente Médio” seria um bom começo na longa jornada rumo ao reconhecimento das suas constelações históricas e discursivas específicas e dos seus recursos culturais únicos. Isto está em sintonia com as preocupações de Shunqing Cao e com a observação de Wang Ning sobre os limites da teoria ocidental e o perigo de aplicá-la diretamente a outros contextos (orientais): “at present, all universal theories of literary interpretation are produced in a Western setting”, e “their linguistic and cultural limitations mean that their proponents cannot simultaneously cover the categories and experiences of both Western and Eastern literature and literary theory”.<sup>24</sup>

Isto, claro, tem implicações na forma como entendemos a coabitação histórica da teoria literária e da poética no Ocidente. Também na Europa a poética operava com a noção de que o texto era autossuficiente; a poética, em certo sentido, tem sido uma forma de olhar o texto

hermeticamente, como se ele estivesse em grande parte isolado das realidades extratextuais. Esta noção de autossuficiência foi o território comum no qual a poética e a teoria literária se encontraram durante algum tempo na Europa, na década de 1910 até ao início da década de 1970, colaborando por vezes estreitamente, deixando mesmo uma impressão de permutabilidade. O Formalismo Russo via a poética como um grande aliado: uma das primeiras miscelâneas em que os Formalistas publicaram seu trabalho levava o título *Poética* (1919), e o livro de Tomashevskii de 1925 foi intitulado *Teoria da Literatura: Poética*.<sup>25</sup> No entanto, a maioridade do Formalismo Russo foi um processo de confrontar a necessidade de pensar sobre a literatura e a sua evolução, sobre a literatura e a sua relação com uma série de outros significativos (política, religião, filosofia, vida quotidiana, outras artes). No seu trabalho mais seminal, os formalistas russos afastaram-se da noção mais estática defendida pela poética da autonomia do texto, avançando em direção a uma compreensão cada vez mais dinâmica do mesmo. A autossuficiência que a teoria literária prevê é o resultado da emancipação da literatura face a outras formações sociais e discursivas; a autossuficiência com que opera a poética é pouco mais que sinónimo da *auto-organização* quase perfeita do texto.

### Notas Finais

A esperança de que a teoria literária possa ser reinventada no seu *modus operandi* anterior talvez deva ser encarada com ceticismo. Enquanto projeto europeu (ou ocidental), a teoria hoje só pode funcionar sob o signo do apagamento e de uma humildade epistémica face à paisagem cultural radicalmente diferente que empurrou o Ocidente para a zona incerta de valores e regras discursivas que já não são vinculativos. A “teoria global” não está na agenda; as partes que sobraram após o colapso da teoria – aquela máquina anteriormente fiável para produzir verdades globalmente válidas e ferramentas interpretativas universalmente aplicáveis – não podem ser remontadas num agregado significativo. Mas a teoria pode levar hoje e amanhã a uma intrépida existência de partisan, na compreensão de Carl Schmitt do “partisan”, mobilizada e confiada para sabotar, repetidas vezes, em numerosos atos de valor local, a condição deletéria da pós-verdade e do isolacionismo eletivo. A teoria poderia ser o sabotador por excelência; trabalhando a partir dos discursos de particularização atualmente prevalentes, ela é capaz de restaurar um sentido de comunhão – sempre tão provisório, já não duradouro – na nossa era de fragmentação secundária.

A literatura mundo, com a irreduzível variedade e heterogeneidade dos seus géneros e das suas estratégias e estruturas de escrita, é capaz de manter sob controlo quaisquer reivindicações residuais da teoria à finalidade e à universalidade; e a Literatura Mundo como campo de investigação, constituído na sua forma moderna após o apogeu da teoria literária, em grande medida reaproveitando alguns dos seus detritos para construir o seu próprio edifício, tem de manter a liberdade de explorar a literatura de uma forma que mantenha em suspenso a imposição de uma perspetiva única e prospere na negociação entre diferentes metodologias.

NOTAS

- <sup>1</sup> Neste texto, baseio-me e amplio os argumentos do meu capítulo sobre literatura mundo e teoria literária na segunda edição do *Routledge Companion to World Literature* (Theo D’haen et al. (eds.), London and New York: Routledge, 2023).
- <sup>2</sup> Ver também Ton Van Kalmthout, “Scientification and Popularization in the Historiography of World Literature, 1850-1950: A Dutch case study,” em *The Making of the Humanities*, Vol. 3: *The Modern Humanities*, ed. Rens Bod, Jaap Maat and Thijs Weststeijn (Amsterdam: Amsterdam University Press, 2014), pp. 299-311.
- <sup>3</sup> Cf. Wang Ning, “‘Weltliteratur’: from a utopian imagination to diversified forms of world literatures”, *Neohelicon*, 38 (2011): 296; 302.
- <sup>4</sup> Galin Tihanov, “Romanticism’s Long Durée: 1968 and the projects of theory”, *Interventions*, 23 (2021): 463-80.
- <sup>5</sup> François Cusset (2008), *French Theory: How Foucault, Derrida, Deleuze and co. transformed the intellectual life of the United States*, trad. Jeff Fort with Josephine Berganza e Marlon Jones (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008).
- <sup>6</sup> Citado de Maryia Habib, *Hegel and the Foundations of Literary Theory* (Cambridge: Cambridge University Press, 2018).
- <sup>7</sup> Andrew Cole, *The Birth of Theory* (Chicago: University of Chicago Press, 2014).
- <sup>8</sup> Renate Lachmann, (2015), “Poetics and Hermeneutics (*Poetik und Hermeneutik*),” em *Theoretical Schools and Circles in the Twentieth-Century Humanities*, eds. Marina Grishakova and Silvi Salupere (New York: Routledge, 2015), pp. 216-234.
- <sup>9</sup> David A. Kolb, *Experiential Learning* (Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1984); ver também Theodore R. Schatzki; K Knorr-Cetina; Eike von Savigny, eds., *The Practice Turn in Contemporary Theory* (London and New York: Routledge, 2001); Jean Comaroff e John L. Comaroff, *Theory from the South: Or, how Euro-America is evolving toward Africa* (Boulder and London: Paradigm Publishers, 2012).
- <sup>10</sup> Vilashini Cooppan, “World Literature and Global Theory: Comparative literature for the new millennium”, *symplokē*, 9(2001): 15-43.
- <sup>11</sup> Nikolai Sergeevich Trubetzkoy, “Europe and Mankind”, em Trubetzkoy, *The Legacy of Genghis Khan and Other Essays on Russia’s Identity*, ed. e trad. Anatoly Liberman (Ann Arbor: Michigan Slavic Publications, 1991), pp. 1-64.
- <sup>12</sup> Ver Galin Tihanov, “On the Significance of Historical Poetics: In lieu of a foreword”, *Poetics Today*, 38(2017): 417-28. On non-Marxists responses to Russian Formalism in the Soviet Union, ver Galn Tihanov, “Notes from the Underground, or: Why and How Was Non-Marxist Theory Resisted by Non-Marxists in a Totalitarian Society”, em *The Political Uses of Literature: Global Perspectives and Theoretical Approaches, 1920-2020*, ed. B. Kohlmann e I. Perica, New York: Bloomsbury Academic, 2024, pp. 150-160.
- <sup>13</sup> Ver Galin Tihanov, “World Literature, War, Revolution: The significance of Viktor Shklovskii’s *A Sentimental Journey*”, *Transnational Russian Studies*, eds. Andy Byford, Connor Doak, e Stephen Hutchings (Liverpool: Liverpool University Press, 2020), pp. 112-126, esp. 118-121; ver também Galin Tihanov, “World Literature in the Soviet Union: Infrastructure and Ideological Horizons”, em *World Literature in the Soviet Union*, ed. G. Tihanov, A. Lounsbury e R. Djagalov, Boston, MA: Academic Studies Press, 2023, pp. 1-23. Devo acrescentar aqui que Auerbach considerou estas reformas culturais pró-ocidentais demasiado rápidas e inadequadas, empurrando a cultura turca para a “trivialidade” e introduzindo, tal como no resto do mundo, uma lamentável “cultura esperanto” (*Esperantokultur*). Além disso, Auerbach apresenta uma clara tendência para orientalizar os turcos e a cultura turca de uma forma que deveria ter provocado uma sensação de desconforto em Edward Said e nos seus outros admiradores; Auerbach refere-se assim aos turcos da Anatólia como “acostumados à escravidão e ao trabalho duro, mas lento” (*gewohnt an Sklaverei und harte, aber langsame Arbeit*); ver a sua carta a Walter Benjamin de 3 de Janeiro de 1937, em Auerbach (Eric Auerbach, *Die Narbe des Odysseus. Horizonte der Weltliteratur*, ed. Matthias

- Bormuth, Berlin: Berenberg, 2017, pp.130–134, here p. 132); na mesma página, os turcos da Anatólia são comparados aos sul-europeus através de uma série de atributos negativos, mas são no final declarados como “fáceis de tolerar e cheios de vitalidade” (*aber doch wohl gut zu leiden und mit viel Lebenskräften*).
- <sup>15</sup> Cf. Wang Ning, “French Theories in China and the Chinese Theoretical (Re)Construction”, *Modern Language Quarterly*, 79.3 (2018): 249–267.
- <sup>16</sup> Revathi Krishnaswamy, “Toward World Literature Knowledges: Theory in the age of globalisation”, *Comparative Literature*, 62(2010): 399–419; Patrick Hogan, “Ethnocentrism and the Very Idea of Literary Theory”, *College Literature*, 23(1996): 1–14.
- <sup>17</sup> Confucius, *Analects*, Yang Huo chapter. Chinese Text Project: <https://ctext.org/analects/yang-huo>.
- <sup>18</sup> Ver, em particular, Victor H. Mair, “Buddhism in The Literary Mind and Ornate Rhetoric”, em *A Chinese Literary Mind: Culture, Creativity, and Rhetoric in Wenxin Diaolong*, ed. Zong-qi Cai (Stanford: Stanford University Press, 2001), pp. 63–81.
- <sup>19</sup> A cosmologia, como demonstrou Nathan Sivin, também permeou a ciência chinesa, na qual o conhecimento científico e os supersticiosos coexistiram durante muito tempo. Segundo Sivin, a ciência chinesa “got along without dichotomies between mind and body, objective and subjective” (Nathan Sivin, “Why the Scientific Revolution Did Not Take Place in China – or Didn’t It?” (2005): <https://ccat.sas.upenn.edu/~nsivin/scirev.pdf>, visto a 15 de Dezembro de 2023; uma versão revista do artigo homônimo de Sivin, publicado pela primeira vez em 1982 na revista *Chinese Science*, Vol. 5, 45–66). A última destas duas dicotomias, devo acrescentar, sustenta a forma como a teoria literária funciona no Ocidente, pelo menos até a década de 1960.
- <sup>20</sup> Ver Michelle Yeh, “Why Modern Chinese Poetry? Challenges and Opportunities,” *International Comparative Literature*, 3(2020): 211–222, esp. 217–218.
- <sup>21</sup> Glen Dudbridge, *Die Weitergabe religiöser Traditionen in China* (Munich: Carl Friedrich von Siemens Stiftung, 2002).
- <sup>22</sup> Ver o argumento de Martin Kern, (2010) “Early Chinese Literature, Beginnings Through Western Han,” em *The Cambridge History of Chinese Literature*, Vol. 1, ed. Stephen Owen (Cambridge: Cambridge University Press) pp. 1–115.
- <sup>23</sup> Um caso revelador de oposição à teoria literária ocidental como baseada na “requisição fora do campo” que afasta a interpretação do texto é o artigo de Jiang Zhang de 2018 (Zhang Jiang, “On Imposed Interpretation and Chinese Construction of Literary Theory,” *Modern Language Quarterly*, 79 (2018): 269–288; a partir de aqui abreviado como “IT”); embora Zhang procure estabelecer uma teoria literária chinesa focada exclusivamente no texto literário, ele parece estar sinonimizando teoria e poética, propondo, de fato, ao longo do seu texto, esta última (em vez de, segundo sua insistência, a teoria como tal) como uma resposta chinesa à teoria ocidental. Isto é particularmente reconhecível na sua afirmação de que “a literary text is always immediate” (“IT”, p. 272). Além disso, Zhang acredita que “Theory comes from practice, and literary theory from literary practice” (“IT”, p. 280), estipulando que a teoria deveria ser em si pouco mais do que um estudo cuidadoso de como os textos literários são realmente elaborados (o que, no entanto, é o verdadeiro domínio da poética). Ele apela a um regresso à “prática literária chinesa” e a uma metodologia de análise chinesa, na qual “the essence lies in theorizing literary subject matter, literary design, writing technique, form, and style” (“IT”, p. 283). Isto equivale a um retorno à poética como alternativa à teoria ocidental: “we should make a systematic study of the rules of Chinese literary creation and read literary texts and explore the reception of these literary works. Only thus can we form our own body of literary theory of Chinese characteristics” (“IT”, p. 283; italicizado por mim).
- <sup>24</sup> Ver, em particular, Shunqing Cao, *The Variation Theory of Comparative Literature*, Heidelberg: Springer, 2013 (esp. ch. 5), and Wang Ning, “On the Construction of World Poetics”, *Social Sciences in China*, 36 (2015): 193.
- <sup>25</sup> Ver Boris Tomashevskii, *Teoriia literatury: poetika* (Leningrad: Gosudarstvennoe izdatel'stvo, 1925).